

Itamar aprova cortes e quer reforma já

O presidente Itamar Franco aprovou a proposta de cortes no Orçamento de 1994, que será enviado para o Congresso amanhã. O presidente recebeu ontem um relato sobre o programa de descentralização administrativa e do plano econômico de estabilização dos ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e do ministro-interino do Planejamento, Raul Jungman, durante reunião de mais de duas horas e meia no Palácio do Planalto.

Itamar Franco pediu urgência nos estudos sobre a reforma administrativa, mas até a noite de ontem não se conhecia a sua decisão sobre o programa antiinflacionário baseado na "moeda-índice", que será criada a partir de um novo indexador da economia. A expectativa da equipe econômica era do presidente Itamar "bater o martelo" e aprovar, além dos cortes de 22 bilhões de dólares no Orçamento do próximo ano, também a criação do novo indexador.

A reunião começou no final da tarde e se prolongou pelo começo da noite, em clima de constrangimento e expectativa em torno da divulgação pela CPI do Orçamento de um dossiê comprovando o envolvimento de empreiteiras no escândalo das emendas. A equipe econômica apresentou ao Presidente os principais cortes no Orçamento da União, "na forma de grandes números", segundo um assessor.

ANDRÉ BRANT



Cardoso apresentou a Itamar os detalhes do plano de estabilização

O novo projeto de lei orçamentária incorpora uma nova destinação às verbas públicas e trata as subvenções sociais de forma drástica: são praticamente eliminadas do Orçamento. O apelo mais forte é o endosso do presidente Itamar à proposta de proibir a contratação de novas dívidas para financiar as despesas públicas. Uma repetição, segundo Jungman, do "clichê de só gastar o que arrecadar".

Indexador — A discussão do programa de estabilização foi feita somente entre o presidente Itamar Franco e o ministro Cardoso. "O presidente já sabe o plano todo", disse um assessor. O programa, na primeira fase, será executado com a criação de um novo indexador, que será utilizada

do para corrigir preços e tarifas públicas e o câmbio, e, depois, voluntariamente ser empregado pelo mercado.

A idéia é criar condições para a estabilização da inflação, uma fase intermediária, que poderá durar de dois a três meses, até a transformação do índice em uma nova moeda. As propostas de ajuste fiscal, que de início foram bombardeadas por empresários e políticos, começaram a receber apoio ontem. O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury, foi o primeiro a sair em defesa do bloqueio de 15 por cento das transferências aos estados e municípios. Fleury conversou ontem com o ministro Cardoso e ao final do encontro disse que os estados e municípios não terão prejuízo.